

## A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA PRINCESA DO SERTÃO EM DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Liliane Lemos Santana<sup>1</sup>

**RESUMO:** *Através da edição semidiplomática de manuscritos cíveis, em especial, as atas de eleição de regiões circunvizinhas ao município de Feira de Santana, pretende-se ressaltar a importância da ciência filológica para a história da política baiana. Este trabalho representa uma oportunidade para trazer a lume episódios marcantes, seja de cunho político, econômico ou social, que alicerçaram os direitos e os deveres de um cidadão. Além disso, essas informações auxiliam no entendimento das possíveis relações sócio-econômicas do período em que foi escrito. Os documentos integram o Livro de Notas e Escrituras (1881-1888), que pertence ao Arquivo Público Municipal de Feira de Santana. No entanto, vale ressaltar que este legado cultural encontra-se em processo de degradação física, mesmo referindo-se a um objeto de estudo pertinente para pesquisadores e estudantes de diversas áreas, pois suas reflexões não serão esgotadas.*

**Palavras-chave:** História; Filologia; Edição semidiplomática; Atas de eleição.

### INTRODUÇÃO

A Bahia dispõe de uma documentação riquíssima sobre a vida econômica e social dos seus municípios. Entretanto, esse patrimônio discursivo encontra-se a mercê das marcas do tempo e do homem. Talvez a era tecnológica, ou quem sabe a falta de interesse pelas origens, tenha “adormecido” a necessidade de preservar a nossa história, a qual se entende aqui como o legado maior da humanidade. O resgate deste legado pode ser obtido de muitas maneiras, mas para os estudos filológicos o registro escrito é fundamental.

Partindo desse pressuposto, ressaltam-se as contribuições da Filologia para a História, através da edição semidiplomática de documentos de um ilustre momento da política baiana, a saber, as eleições ocorridas no século XIX. Tais registros históricos possibilitam regressar no tempo, assim como comprovar o real valor da palavra escrita, uma vez que sem ela “todas as atividades que dependem de certo grau de permanência e de transmissão seriam, se não impossíveis, bastante restritas” (QUEIROZ, 2004, p. 02). As idas e vindas às fontes primárias da História possibilitam o acesso a informações imprescindíveis sobre o cenário político, social e econômico do sertão baiano.

Lançar-se nos arquivos públicos e eclesiásticos é um desafio para pesquisadores e estudantes de diversas áreas, pois o fascínio que este trabalho proporciona romper com as barreiras das limitações humanas e motiva uma busca incessante por um dado, uma informação, que venha preencher as lacunas de uma época vivida. No entanto, os empecilhos para se estudar os documentos antigos não se restringem apenas ao objeto de estudo (grafia diferente, abreviaturas, manchas, corrosões), mas estendem-se às relações interpessoais, já que “os guardiões” desse legado, muitas vezes, são despreparados e não dispõem de uma estrutura física adequada.

---

<sup>1</sup> Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. Pós-graduanda em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Literatura pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão – IBPEX. Membro do Grupo de Pesquisa “Edição de Textos” (Diretório dos Grupos de Pesquisa – CNPq). E-mail: lilianelemos@gmail.com – Autora.

Vencer as inúmeras dificuldades significa contribuir para o resgate de parcelas expressivas da História, em especial, a história do sertão baiano. Consciente de que esta ciência fornece subsídios para o desenvolvimento de pesquisas das mais diversas áreas, entende-se que o labor filológico é necessário para o âmbito de qualquer investigação científica.

As atividades de pesquisas desenvolvidas pelas universidades baianas (UFBA, UNEB e UEFS) vêm atribuindo dinamismo aos acervos públicos e particulares e contribuindo para o resgate e a preservação da nossa memória cultural.

## **EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DA PRINCESA DO SERTÃO**

Feira de Santana originou-se nas terras da fazenda Santana dos Olhos d'Água, “pertencente ao português Domingos Barbosa e sua esposa D. Anna Brandoa” (POPPINO, 1968, p. 20). Devido a sua estratégica localização, que “tenta a estrada e convida o viandante para o pouso” (BOAVENTURA, 1989, p. 392), tornou-se um ponto de convergência da ação econômica e religiosa do sertão. Em pouco tempo, o arraial, desenvolvido em volta da capela dedicada à Senhora Sant'Anna, cedeu espaço a um lugarejo, no qual já se podia comprar e vender pequenas coisas em feiras semanais, partindo principalmente da comercialização de gado. A intensa atividade comercial que foi se desenvolvendo propiciou grandes transformações no local.

Para compreender como ocorreu o crescimento político no sertão baiano é preciso lembrar algumas datas que marcaram fatos importantes para o município feirense, para tanto iremos nos valer dos registros originais que foram gentilmente cedidos pelo Arquivo Público Municipal de Feira de Santana para o desenvolvimento desta pesquisa, a saber:

Freguesia de Sant Anna da Feira. – / Em mil seiscientos e noventa e seis (1696) / foi criada a Freguesia de Santa Anna da Feira, / sendo a sua sede em S. José das Itaporocas. – / Feira de Sant Anna – Elevada a villa e / creada a sua Camara por decreto de 13 de Se – / tembro de 1832, como se vê a folhas 1<sup>a</sup> deste / livro. – / Feira de Sant Anna – O Decreto nº 552 (Lei) / de 12 de Junho de 1855, creou a sua Comarca. / Feira de Sant Anna – A villa da Feira / de Sant'Anna foi elevada a cidade pela lei / nº 1320 de 16 de Junho de 1873, com a deno – / minação de – Commercial Cidade da Feira de Sant Anna. (Documentos antigos e descrição dos Districtos, f. 2r)

Tais alterações foram imprescindíveis e de largo alcance para a organização política e administrativa do município de Feira de Santana, refletindo diretamente em divisões territoriais. Hoje, considerada o “Portal do Sertão”, essa cidade continua sendo um ponto de interseção que beneficia todas as escalas sociais, das mais diversas regiões.

## **METODOLOGIA ADOTADA PARA A EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA**

Para a transcrição dos documentos foram priorizadas as normas adotadas pelo Projeto de Pesquisa “Estudo histórico-filológico e artístico de documentos manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX”. Trata-se de uma edição conservadora ou semidiplomática, pois se mantém fiel ao texto, respeitando: grafia (letras e algarismos); linhas; fólio (indica-se o número do fólio, à margem direita); numera-se o texto linha por linha (indicando a numeração de cinco em cinco, desde a primeira linha do fólio); separam-se as palavras unidas e unem-se as separadas;

desdobram-se as abreviaturas (apresentando-as em itálico); utilizam-se colchetes para as interpolações; utilizam-se chaves para as letras e palavras expurgadas; indicam-se as rasuras ilegíveis com o auxílio de colchetes e reticências; expontuam-se as letras de leitura duvidosa.

## **ATAS DE ELEIÇÃO: CONSTITUINTES DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO FEIRENSE**

Os documentos cíveis que foram selecionados para esta análise integram o corpus do Projeto de Pesquisa “Estudo histórico-filológico e artístico de documentos manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX”, coordenado pela professora Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz, que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Edição de Textos da UEFS. Trata-se de duas Atas de Eleição para deputados à Assembléia Geral Legislativa, referentes aos anos de 1881 e 1884. Esses manuscritos fazem parte do Livro de Notas e Escrituras, que pertenceu ao cartório da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, termo da cidade de Feira de Santana. Eles apresentam caligrafias distintas, entretanto prevalece na grande maioria dos fólios a escrita do escrivão José Caribé de Cerqueira. Este patrimônio encontra-se sob a guarda do Arquivo Público Municipal de Feira de Santana, que dispõe de boa parte do legado histórico desta cidade e de regiões circunvizinhas.

Os manuscritos mencionados foram editados semidiplomaticamente, sendo reproduzidos o mais fiel possível, o que facilita a sua leitura e ajuda a preservá-los, uma vez que seu manuseio é evitado. Estes textos podem ser estudados por diversas áreas do conhecimento como: Linguística, Filologia, História, Religião, Direito, Economia, Genealogia, Antropologia, dentre outras, pois a análise dos mesmos não será totalmente exaurida. Vale ressaltar que a edição também permite aos leitores o acesso a um português mais antigo e aos aspectos intrínsecos dos textos, podendo assim interagir entre o tempo e o espaço por meio de conquistas individuais e marcantes para a época.

## **RIQUEZA DISCURSIVA DOS MANUSCRITOS CÍVEIS: RELAÇÃO DE PODER E DIREITOS CIVIS**

O labor filológico nos possibilita visualizar o testemunho de um legado cultural, já que se tem a oportunidade de resgatar do esquecimento as informações que revelam a mentalidade de um período, além de disponibilizar o texto o mais fiel possível em relação ao momento em que foi escrito. Bottéro e Morrison (1995, p. 20) ressaltam o valor do registro escrito ao afirmarem que:

[...] o discurso escrito transcende o espaço e a duração: uma vez fixado, pode, por si mesmo, ser difundido por inteiro em todos os lugares e todos os tempos, em toda parte onde encontra um “leitor”, bem além dos círculos obrigatoriamente estreitos dos “autores”.

O trabalho que vem sendo desenvolvido com as Atas de Eleição do século XIX, além de ser uma atividade extremamente prazerosa, tem permitido um estudo sobre a história social, política e econômica do sertão baiano, em especial do município de Feira de Santana, com ênfase nas relações de poder e nos direitos civis.

Sabe-se que “nenhuma estrutura social, ainda que mínima, pode existir sem alguma forma de processo político” (RIBEIRO, 1998, p. 12), sendo assim as eleições tornam-se um fator

preponderante para o desenvolvimento da sociedade, momento em que se tem a oportunidade de pôr em prática o exercício da cidadania.

Diferentemente da realidade que vivenciamos hoje, com o voto eletrônico, obrigatório e universal, em tempos passados, as eleições em províncias, como Feira de Santana, por exemplo, eram fundamentadas no voto censitário (direito exclusivo daqueles que tinham maior poder aquisitivo), excluindo do processo escravos, mulheres, índios e assalariados.

O trabalho de edição realizado com documentos da política feirense, que apresentam um valor jurídico e histórico, revela o processo eleitoral da época como um direito de poucos, de uma elite privilegiada, pois, apesar de ser secreto:

[...] sendo os eleitores chamados, segundo a or= / dem, em que se os nomes se achavão escriptos / na resputiva lista os quais a proporção que / erão chamados apresentavão seo titulo / e hião depositando sua sedula em uma / urna que se achava feixada a chave as= / signando cada eleitor em seguida seo no- / me e um livro para esse fim destinado... (Ata de Eleição, f. 60r – l. 17-24)

Uma marca instigante, mas não surpreendente, é a repetição dos nomes dos candidatos ano após ano:

[...] o Presidente da / meza designando o mezario Ernes= / to José dos Santos, para as lêr, anunciou que anunciou que / se hia prosseder a apuração; para o que / repartio as letras do alfabeto, pelos outros / tris mezarios, os quais forão escrevendo em / escrevendo em suas relações os nomes dos / votados, e numeros de votos, que recai= / não, nos seguintes cidadãos Doutor João / Ferreira de Araujo Pinho, onze votos, Dou= / tor Gonsalo Marinho de Aragão Bulcão se= / te votos, sendo publicadas em vos alta, os / numeros a proporção que erão escriptos. (Ata de Eleição, f. 60r – l. 28-33 e 60v – l. 01-06)

[...] o Presiden / te da mesa designando ao mesario Ernesto José dos / Santos para as ler anunciou que se hia proceder / a apuração para que repartio as letras do alpha / beto pelos outros tres mesarios os quais forão es / crevendo em suas relações os nomes dos votados / e o numero de votos, que recairão nos seguintes / cidadãos Doutor João Ferreira de Araujo Pinho / dose votos, Tenente Coronel Antonio de Carvalho / Pinto Lima sete votos... (Ata de Eleição, f. 125r – l. 03-11)

Notavelmente, não só os nomes dos candidatos se repetiam, mas também os dos componentes da mesa eleitoral:

Estavão assigna / dos o Presidente Abdon Gonsalves de Sem / na, mezarios Ernesto José dos Santos, Traja= / no Seolindo dos Santos, Francisco José dos San= / tos e Manoel Emjgdio Ferreira Vennas, e / fiscais, Francisco Marques do Nasci= / mento e Edmundo Rodrigues Germano, e eleitores / André Curcino Ferreira Vennas, José João Alves, Mano= / el da Hora de Sant' Anna, Teburcio de Almeida Victoria, / João José do Rosario, Estevão José dos Santos, Mano= / el Pereira Nunes, Manoel Cardoso de Sant' Anna, Ma / rinho Pereira Nunes, e João Manoel Dias. (Ata de Eleição, f. 60v – l. 28-33 e 61r – l. 01-06)

E para cons - / tar, eu André Curcino Ferreira Vennas Secrta / tario da mesa eleitoral, lavrei a presente acta que / vai por mim assignada com o Presidente e / membros da mesa eleitoral, André Curcino / Ferreira Vennas Secretario da

mesa eleitoral, / Edmundo Rodrigues Germano Presidente, / André Curcino Ferreira Vennas Secretario, / Ernesto José dos Santos mesario, Teburcio de / Almeida Victoria mesario, Francisco Mar / ques do Nascimento, mesario, José João / Alves eleitor, Luis José de Cerqueira / eleitor, Vigario Manoel Firmo da Rocha / eleitor Abdom Gonsalves de Senna eleitor. (Ata de Eleição, f. 125r – l. 32-33 e f. 125v – l. 01-12)

A influência religiosa é marcante e se faz presente em todo o processo eleitoral, inclusive cedendo o local para a realização, neste caso a sacristia da Igreja principal:

Aos trinta e um dias do mês de outubro do/ anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezuz/ Christo de mil oitocentos e oitenta e um/ nesta Parochia de Nossa Senhora dos Re/ medios, termo da cidade da Feira de San=/ t'Anna, e Sanchristia da mesma, lugar/ designado pelo governo da Provincia na/ forma do artigo 94 do Decreto 8213 de=/ treze de Agosto do corrente anno, para nel=/ le se proceder a eleição de um deputa=/ do a assemblea geral legislativa, pela/ 9 horas da manhã reunida a mêza e= / eleitoral instalada na comfermidade do citado / Decreto, processedeo-se, a eleição pelo modo se= / guinte: Collocada a meza no meio da Sanchris= / tia tomarão assento: o Prezedente a cabesseira, e / de um e outro lado os quatro mezarios, com os fis / cais... (Ata de Eleição, 59v – l. 04-15 e f. 60r – l. 01-06)

Encerrada a eleição, o resultado era anexado na porta da própria sacristia:

[...] terminado a lei= / tura das sedulas, o secretario da meza / organizou uma lista geral comtendo / os nomes dos cidadãos votados, segundo / o numeros de votos, dado a cada um a= / qual foi publicada em vos alta, e man= / dada pelo Presidente afixar na porta / da Sanchrhistia onde se procedião / os trabalhos eleitorais, sendo em seguida - / quemadas as sedulas... (Ata de Eleição, f. 60v – l. 10-19)

A relação entre Estado e Religião era tamanha que durante algum tempo foi condição para ser eleito deputado à profissão da fé católica. Curiosamente essas informações nos fazem recordar a Organização Política Colonial dos séculos XVI e XVII, na qual os vereadores eram eleitos entre os “Homens-Bons”, “aqueles que desfrutavam de projeção social e que não exerciam nenhuma profissão de artífice” (SILVA e BASTOS, 1982, p. 27).

Através dos trechos destacados, podemos observar as constituições sociais que alicerçaram uma época, além de comprovar algumas mudanças lingüísticas ocorridas na língua portuguesa, presentes nos documentos, evidenciando a relevância da escrita como explicação do progresso do espírito humano; pois, sempre que os homens sentiram a necessidade de conservar os instantes que a história comporta a escrita se fez lei.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Permitir o acesso e a disseminação de informações que até o momento estavam no esquecimento através da edição semidiplomática de documentos cíveis, é imprescindível para o meio acadêmico, assim como esta atividade proporciona benefícios para a sociedade, pois traz para o grande público dados importantes sobre a cultura escrita, a história e as instituições civis. A análise destes documentos não será totalmente exaurida, pois o objetivo da edição é

justamente permitir que eles estejam sempre à disposição dos mais diversos pesquisadores sem a necessidade de manuseá-los, evitando danificar as fontes originais.

O trabalho filológico desenvolvido com os textos, que se encontram em situação de degradação física, permite-nos o resgate de parte da história baiana, referente ao século XIX, e torna conhecida a existência de documentos raros, evidenciando a sua importância para as diversas áreas do saber e a necessidade de preservação deste patrimônio histórico-cultural. Este trabalho de preservação faz-se necessário, pois é inegável a contribuição destes manuscritos para a compreensão da evolução histórica, além de fazerem parte da nossa memória cultural, herança máxima que se pode deixar às gerações futuras.

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia C. **A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos**. Recife: FUNDAJ/Massangana; UFPE: Universitária, 1994.

SILVA, Francisco de A. ; BASTOS, Pedro Ivo de A. **História do Brasil: Colônia, Império e República**. São Paulo: Moderna, 1982.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João E. F. **Noções de paleografia e de diplomática**. 2 ed. Santa Maria: UFSM, 1995.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

BOTTÉRO, Jean; MORRISON, Ken et al. **Cultura, pensamento e escrita**. São Paulo: Ática, 1995.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 2. ed. São Paulo: UNESP / Arquivo do Estado, 1991.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão e Irene Ferreira. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 423-483.

\_\_\_\_\_. Documento/Monumento. In: **História e memória**. Tradução Suzana Ferreira Borges. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 535-553.

MARTINS, Wilson. **A Palavra escrita**. São Paulo: Ática, 1996.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Bahia século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio/Brasília: CNPq, 1988.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

QUEIROZ, Rita de Cássia R. de. A Crítica textual e a recuperação da história. **Scripta Philologica**, Feira de Santana, n. 1, p. 64-79, 2005.

\_\_\_\_\_. Documentação manuscrita: legado cultural. **Tribuna Feirense**, Feira de Santana, 01 de ago. 2004. Tribuna Cultural, p. 2.

RIBEIRO, João Ubaldo. Que coisa é a Política. In: **Política: Quem manda, por que manda, como manda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Editora da UNESP/Salvador: EDUFBA, 2001.